

Roteiro ajuda a esclarecer principais dúvidas

Entenda como as medidas do pacote de ajuste fiscal vão influenciar o dia-a-dia de todos brasileiros

AP

• Muita gente considerou confusa a maneira como o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresentou as propostas do ajuste fiscal. O uso de uma linguagem excessivamente técnica não ajudou a esclarecer o impacto destas medidas na vida do cidadão comum. Para tornar mais fácil perceber as consequências do ajuste no dia-a-dia de aplicadores, aposentados e trabalhadores do setor público e privado, O GLOBO preparou um roteiro simples de perguntas e respostas. Tire suas dúvidas:

• **Quais serão as mudanças que afetam a CPMF?** O Governo está propondo um aumento da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,38% no próximo ano. A Contribuição cairá para 0,3% em 2000 e 2001.

• **Quando eu passarei a pagar um CPMF maior?** O aumento da CPMF ainda depende de aprovação de uma emenda constitucional pelo Congresso. Normalmente, o aumento passaria a valer 90 dias depois que a emenda fosse aprovada, mas o Governo está negociando com parlamentares para que o aumento entre em vigor imediatamente após a aprovação.

• **As tarifas bancárias vão aumentar com a nova CPMF?** Os bancos são livres para fixar suas tarifas, mas não há razão para que isso aconteça, pois a CPMF atinge diretamente a movimentação dos clientes.

• **Como ficam as taxas de juros na economia?** O Governo diz que é necessário fazer o ajuste fiscal para que as taxas possam cair. O programa prevê que as taxas básicas da economia, aquelas cobradas entre bancos, caiam dos atuais 42% ao ano, para 21,89% em média, em 1999, 16,88% no ano 2000 e 13,37% em 2001.

• **As mudanças anunciadas pelo Governo afetam as minhas contas, como luz, gás ou telefone?** Diretamente, não. Mas isso dependerá da decisão das empresas de repassarem o impacto das medidas em suas contas para o consumidor.

• **As mudanças afetam os aluguéis ou prestação da casa própria?** O conjunto de medidas pro-



PEDRO MALAN, ministro da Fazenda: pronunciamento usou linguagem técnica e não esclareceu sobre as reais consequências das medidas contidas no ajuste fiscal

posto pela equipe econômica não mexeu nessa área.

• **O aumento da carga tributária sobre as empresas tende a ser repassado aos preços?** As empresas sempre procuram repassar aumentos de custos para os preços. O aumento da CPMF e da Cofins afetará diretamente o custo das empresas. Mas é preciso ver que, com a recessão e a queda de vendas, não será tão fácil repassar integralmente esses custos para os preços.

• **Haverá aumento no Imposto de Renda retido na fonte sobre os salários?** Não, o Governo não mexeu no Imposto de Renda das pessoas físicas.

• **Sou dono de uma microempresa e recolho imposto através do Simples. Como serei afetado?** Essas empresas não serão afetadas pelo aumento da Cofins. Através do Simples, elas pagam um único valor, em substituição a impostos e

contribuições específicos.

• **Como os servidores públicos ativos serão afetados pelo ajuste?** A contribuição dos servidores da ativa para a Previdência é atualmente de 11% do salário. Medida provisória do Governo vai criar um adicional de 9% sobre a parcela do salário que exceder a R\$ 1.200.

• **Como os inativos serão afetados pelo ajuste?** Os inativos hoje são isentos de contribuição, mas também passarão a recolher na mesma proporção que os servidores da ativa. Mas a medida provisória que vai estabelecer a cobrança dos inativos só vai ser encaminhada ao Congresso na próxima sessão legislativa, no início de fevereiro — ou no final de dezembro, se houver convocação extraordinária do Congresso para votar o ajuste fiscal.

• **Sou empregado do setor privado e contribuo para o INSS. Como**

serei afetado? Não será afetado. As medidas anunciadas pelo Governo não modificaram a contribuição dos trabalhadores da iniciativa privada ao INSS.

• **Sou autônomo e contribuo para o INSS. Como serei afetado?** Nada mudou na contribuição dos autônomos ao INSS.

• **Tenho um plano de previdência privada. Serei atingido?** Não. O Governo não fez qualquer mudança nos planos de previdência privada.

• **Posso recorrer à Justiça contra o aumento na taxa sobre o funcionalismo público?** Recorrer à Justiça é um direito constitucional de qualquer cidadão que se sente prejudicado por medidas do Governo.

• **Haverá demissões no funcionalismo público?** É possível que sim. Os funcionários estaduais são os mais ameaçados, pois a maioria

dos estados gasta mais de 60% de sua receita líquida com a folha de pagamento, que é o limite estabelecido pela chamada Lei Camata.

• **E no setor privado?** As demissões no setor privado dependem da evolução da atividade econômica. Como o Governo prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) vai cair 1% em 1999, é provável que o desemprego continue aumentando no próximo ano.

• **A economia do país vai desacelerar com o pacote?** Sim. Os cortes de gastos e aumentos de impostos prejudicam, mas o principal fator que restringe o crescimento é a atual taxa de juros extremamente elevadas.

• **Haverá mudanças nas cadernetas de poupança com o pacote?** Não mudam as regras, mas os saques passarão a pagar 0,38% de CPMF quando a medida for aprovada, em vez dos atuais 0,2%. Isso significa queda na remuneração.